

Em Havana todos se entendem

Andrei Meirelles

HAVANA — Divididas no Brasil, as diversas tendências que compõem a delegação brasileira ao encontro da dívida externa conseguiram uma surpreendente unidade em Havana, produzindo um documento de consenso que propõe o imediato restabelecimento das relações diplomáticas com Cuba, expressa uma posição unitária em relação à dívida externa e apoia a realização de um dia intercontinental de luta, em 23 de outubro, contra os seus efeitos na América Latina e no Caribe. A declaração foi lida, em plenário, pelo deputado João Herrman, em sessão presidida pelo Prêmio Nobel da Paz Peres Esquivel, que tinha de um lado o presidente Fidel Castro e de outro o Prêmio Nobel de Literatura Gabriel García Márquez. E foi recebida com entusiasmo pelos 1200 participantes do encontro.

O documento, intitulado «Compromisso de Havana» foi aprovado em uma reunião numa ampla sala do moderno Centro de Convenções de Havana, por unanimidade. Dela, participaram políticos, sindicalistas, intelectuais, economistas e religiosos num ecumenismo impensável até recentemente no Brasil. Estiveram lá, por exemplo, o senador Severo Gomes, os deputados João Herrman, Roberto Freire, Bocayuva Cunha, Emídio Perondi, Cristina Tavares, Darcy Passos, Jacques Dornellas, Leone Belém e Haroldo Sanford. Sindicalistas da CUT e da CONCLATE independentes dirigentes políticos como Luís Ignácio Lula da Silva, Giocondo Dias, Luiz Carlos Prestes, Francisco Julião e Cláudio Campos. Intelectuais, economistas, juristas, sociólogos e cientistas como o físico nuclear Rocha Barros, Luiz Gonzaga Beluzzo, Hélio Bicudo, Dalmo

Dallari, José Paulo Netto, Marilena Chauí, Paulo Schilling, Octávio Ianni, Francisco Weffort, Paulo Davidoff, Clóvis Ilgenfritz e Teotônio Santos. A presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, Margarida Genovais, mulheres da delegação brasileira que foi à conferência da ONU em Nairobi. Religiosos como o frei Betto, representante do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. No total, cerca de 60 pessoas.

Na íntegra, é o seguinte o **Compromisso de Havana**:

«Nós, participantes brasileiros ao Encontro sobre a Dívida Externa, realizado em Havana, de 30 de julho a 3 de agosto de 1985, acordamos a seguinte declaração:

Este encontro é um acontecimento fundamental para o avanço na resolução justa do problema mais grave que enfrentam os países do terceiro mundo. A presença maciça de representantes do continente — delegados de governos, ex-chefes de Estado, dirigentes políticos das principais forças partidárias e de organizações de massa, religiosos, empresários, intelectuais e personalidades latino-americanas — expressando as mais variadas tendências ideológicas, em uma demonstração clara de pluralismo e ampla participação, garante para o Encontro um lugar decisivo no encaminhamento do problema da dívida externa.

Consideramos absurda e anômala a inexistência de relações diplomáticas, comerciais e culturais entre os governos do Brasil e de Cuba. Aproveitamos esta oportunidade para nos pronunciarmos pelo imediato restabelecimento de relações entre os dois países.

Apesar de todas essas dificuldades, uma ampla delegação representativa da quase totalidade do espectro político brasileiro compareceu a esse encontro, evidenciando uma vez

mais que não existe obstáculo capaz de separar os povos, quando os problemas que os afligem têm as mesmas causas e seus destinos impõem o caminhar conjunto na sua solução. Significa, ao mesmo tempo, um passo a mais na integração efetiva do Brasil ao continente latino-americano, com o qual compartilha a história, os problemas e o destino.

Dentro da pluralidade de forças presentes, a delegação brasileira constatou a existência de um amplo consenso, que se expressa nos seguintes pontos:

A dívida externa brasileira foi adquirida à revelia de nosso povo, e o volume acumulado se constitui hoje em dia, apenas no que se refere ao pagamento dos juros, uma hipoteca insuportável, por seu imenso custo social, que ameaça inclusive o processo de redemocratização do País.

As condições impostas pelo FMI aos países devedores são inaceitáveis, porque sobre eles descarregam todo o peso da crise internacional, determinando a destruturação de suas economias, obrigadas a pagar taxas de juros escorchantes.

Esse mecanismo perverso financia a recuperação das grandes potências capitalistas e o armamentismo dos EUA que assim exportam sua crise para a periferia.

E, portanto, imperativo questionar a natureza e a modalidade da dívida externa, porque, em si mesma, ela significa a alienação da soberania nacional, a impossibilidade da retomada do crescimento, o empobrecimento crescente do povo, com todas as suas consequências sociais e políticas.

Somente a coordenação e articulação dos devedores da América Latina e de todo o Terceiro Mundo, fundadas em uma posição comum, permitirão a defesa contra as retaliações dos

credores e organismos internacionais a seu serviço.

Esta coordenação possibilitará uma crescente e mais que nunca impostergável integração de nossas economias e a transformação da atual ordem econômica internacional — nos planos monetário, cambial, comercial e tecnológico — em uma nova ordem fundada na paz, na colaboração e no intercâmbio justos entre todos os países.

É necessário um gigantesco esforço por parte de todas as organizações partidárias, sindicais e populares para a conscientização, mobilização e organização do povo sobre o tema da dívida externa, tirando-o do âmbito exclusivo dos banqueiros e dos governos, para passá-lo às mãos dos que realmente constroem o dia-a-dia da América Latina.

Dentro do espírito pluralista que marcou este Encontro, manifestamos nossa disposição de construir, no Brasil, em cada uma de nossas áreas de intervenção — parlamento, partidos, igrejas, movimento sindical urbano e rural, universidades, entidades representativas da sociedade, bairros e periferia — uma forte consciência nacional sobre a impossibilidade definitiva de submeter nosso povo a condições sociais e econômicas cada vez piores, para se pagar a dívida externa.

Assumimos o compromisso público de enviar todos os esforços possíveis para fortalecer e viabilizar a realização, no dia 23 de outubro, de um dia continental de luta contra a dívida externa, assim como a de divulgar da forma mais ampla possível os objetivos básicos deste encontro. Igualmente trabalharemos para uma efetiva coordenação latino-americana na luta continental contra a dívida externa.

Havana, 2 de agosto de 1985.»